

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## OSSÓNOBA. O PROBLEMA DA SUA LOCALIZAÇÃO.

VIANA, Abel

Ano: 1952 | Número: 62

---

### Como citar este documento:

VIANA, Abel, Ossónoba. O Problema da sua localização. *Revista de Guimarães*, 62 (3-4) Jul.-Dez. 1952, p. 250-285.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)

URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## OSSÓNoba. O problema da sua localização

POR ABEL VIANA

Da Ass. dos Arqueólogos Portugueses

«Porque morreu e se soterrou Ossónoba? Seria em 711, na trágica aventura de Rodrigo, quando Tárik, como um flagelo, invadiu e subjugou as Espanhas?», pergunta José Júlio Rodrigues.

A isto responde o General Vitoriano José César: «Em primeiro lugar direi—Tarique não foi a Ossónoba, e o rei Rodrigo não morreu em 711» (1).

E é assim, com estas e outras divagações mais ou menos afastadas do tema principal, e por via de regra mal fundamentadas, que o problema da localização de Ossónoba tem sido tratado. O assunto, fortemente imbuído de poesia e mistério, seduz mais, ao que parece, o espírito dos literatos que o dos arqueólogos.

Desde muito se vem discutindo qual a povoação moderna em que devemos situar a famosa cidade. De princípio, a maioria dos escritores, tomando para base de suas congeminções as escassas notícias de Estrabão, Plínio, Ptolemeu e Pompónio Mela, cuidou apenas de saber em que parte do litoral algarvio ela teria assento. Depois, acentuou-se o empenho de

---

(1) O Dr. J. J. Rodrigues escreveu acerca de Ossónoba uma série de artigos em «O Século». Deles reproduziu o General V. J. César os períodos com que principia o seu estudo: *Ossónoba, antiga cidade do Algarve, durante o domínio árabe—Pequena contribuição para a história de Ossónoba*, in «Portucale», Vol. IV (Porto, 1931), págs. 228-243.

determinar o ponto exacto onde a cidade existiu, propendendo logo as opiniões para que esse lugar fosse na aldeia de Estoi, a oito quilómetros e 600 metros a norte de Faro, em linha recta.

Limitar-me-ei ao resumo do parecer de alguns dos mais notáveis interventores neste debate <sup>(1)</sup>:

*Ambrósio de Morales* (1515-1591) diz que Ossónoba foi cidade marítima perto do lugar onde hoje está a cidade de Faro.

*Casaubon* (1559-1614): — Ossónoba não estava entre os Célticos, como escreveu Estrabão, mas entre os *Cúneos*.

*Bochart* (1599-1667): — Ossónoba não ficava muito distante do Rio Ana.

*Abraão Ortélio*: — A Ossónoba de Ptolemeu, a que Plínio chama *Lustária*, está situada entre os Túrdulos, no reino do Algarve.

*Cellarius* (1638-1707) indica Ossónoba no cabo *Cuneus*.

*Vaseu* diz que a cidade de Ossónoba era no reino do Algarve, e que os mouros a denominavam *Onuba* e *Faro*.

*Cardeal Aguirre* (segundo Fr. Vicente Salgado): — Ossónoba ficava entre *Faro* e *Aranim*. Os *Godos* chamavam-lhe *Exonuba* e os *Mouros*, *Onuba*.

*D. Francisco Cano*, que foi Bispo do Algarve cerca de 1589, falecido em 1593, haveria crido que Ossónoba se situou em Estoi, conforme um manuscrito que Ataíde Oliveira declarou possuir mas que julgo não ser conhecido por mais ninguém ou, pelo menos, divulgado.

*João Baptista de Castro* (1700-1775) coloca Ossónoba em Estoi.

*Frei Vicente Salgado* (1732-1802), examinando directamente o sítio, localizou Ossónoba em Estoi e designou particularmente as ruínas patentes no Milreu.

---

(1) Vid. Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, *Monografia de Estoi (a vetusta Ossónoba)*. Porto, 1914. Este prolífico escritor algarvio reproduz numerosos passos de vários autores, por vezes confusamente e sem impecável fidelidade.

O *Padre Lima*, na sua «Geografia Historica», indica igualmente as ruínas de Milreu.

*Binghan*, *Máximo Flores*, *André de Resende* e outros opinaram também por Estoi, ao passo que *Gaspar Barreiros* (1574), *Perpinhão*, *Padilha*, *Cedro Fayon*, *D. Rodrigo da Cunha* (1577-1643), *Jorge Cardoso* (1606-1669) e mais alguns sustentaram a localização de Ossónoba em Estômbar, hipótese absurda, que Jorge Cardoso também perfilhou depois de ter defendido a localização em Estoi.

*Herculano* disse, textualmente:— «A sede do bispado era a antiga cidade de Ossónoba, situada onde hoje se vê a aldeia de Estoi, nas vizinhanças de Faro» (1).

*André de Resende* (1495-1573) foi o divulgador da descrição feita pelo mouro Rásis, geógrafo do séc. x, cujo relato referente ao nosso País foi mandado verter para latim, por el-rei D. Dinis. Resende possuiu a única cópia dessa versão, depois jamais vista. Vicente Salgado, dando-se a minuciosa interpretação do texto de Rásis, foi quem primeiro aplicou, por assim dizer palmo a palmo, os dizeres do geógrafo mouro aos acidentes naturais circundantes de Estoi (2).

Baptista Lopes, a exemplo de Vicente Salgado, ao qual entusiásticamente segue, assim como a Resende e ao Cardeal Aguirre, examinou directamente o terreno, diligenciando obter a adaptação corográfica, ou melhor topográfica, da descrição de Rásis (3).

A localização de Ossónoba na metade oriental do Algarve, à parte a singular ideia por alguns manifestada de que seu lugar fosse em Estômbar, esteve sempre fora de dúvida, pois a indicação dada pelos geógrafos da antiguidade é bem evidente, não obstante

(1) *História de Portugal* (8.ª edição, definitiva, dirigida por David Lopes), vol. V.º, pág. 113.

(2) Frei Vicente Salgado, *Memórias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*; Acerca de Rasis, vid. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis*, in «O Archeologo Português», vol. XXIV, págs. 177-193.

(3) João Baptista da Silva Lopes, *Corografia do Reino do Algarve. Memorias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, 1848.

a confusão sobre o que se deva entender por *Sacrum Promunturium* e por aquele outro que denominaram *Cuneus*.

Com os erros e equívocos em que incorreram frequentemente os sábios humanistas dos séculos xvi, xvii e xviii, o problema de Ossónoba, sua sede, desenvolvimento e súbita desapareição, foi revigorado na ocasião em que Estácio da Veiga pôs a descoberto as ruínas romano-visigóticas do Milreu. O eminente investigador não chegou a publicar qualquer estudo especial acerca de Ossónoba, como disse tencionar, mas, em vários trabalhos seus, proclamou a sua absoluta convicção de ter achado naquelas ruínas os restos da cidade de Ossónoba (1).

Apesar da muita autoridade de Estácio da Veiga, houve, ainda, quem discordasse de tal afirmativa. Embora nenhum trabalho sério houvesse sido publicado, em opposição a Estácio, certo surgiram contraditores, pois Ataíde a eles alude, e o próprio Estácio presta homenagem ao Dr. Justino Cúmano porque, opinando este pela localização em Faro, acabou por se render aos argumentos favoráveis a Estoi. A grande maioria, porém, tomou partido por Milreu, devendo-se acentuar a simples curiosidade de tais propugnantes, inclusivé Monsenhor Pereira Botto, cujas peregrinas ideias sobre arqueologia se patenteiam em seu livro (2).

A discussão do caso chamou, de facto, a atenção para a existência e significado dos restos de estradas, de edificios, cemitérios e outros monumentos existentes nos terrenos que se estendem de Faro a Estoi, os quais, perante o vulgo, não representavam mais que enigmáticas obras dos Mouros.

Quanta digressão, quanto desvio de raciocínio, todavia! quantos erros na apreciação dos dados que propriamente importavam ao problema em causa — a localização de Ossónoba!

---

(1) *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, vol. II — *Os Povos Balsenses; A Tábula de Bronze, de Aljustrel*.

(2) Monsenhor Cónego Botto, *Glossario critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*, Faro, 1899.

Ataíde compraz-se em recompilar, por sinal de modo muito confuso, o que até ele se havia escrito, num improficuo alarde de erudição, no qual ressalta a multiplicidade de nomes por que a desaparecida cidade teria sido conhecida: — *Ossonoba, Ossonaba, Ossonobona, Oxonoba, Oksonoba, Exonaba, Exanoba, Exobana, Exonuba, Ussonoba, Usanobaal, Husanobaal, Exuba* ou *Exubana, Onoba Listúria, ou Estuária, Onoba Listária, Onoba Lustúria, Lustária* . . .

Afinal, quem acerca de Ossónoba escreveu pelos fins do século passado e inícios do presente não logrou aclarar o ponto de vista daqueles que, desde muito tempo antes, argumentavam com a presença de ruínas no sítio de Milreu e com a descrição de Rásis.

Vergílio Correia limitou-se a indicar a existência de Ossónoba «na região de Faro» (1).

José Leite de Vasconcelos, a pág. 19 do 2.º volume das «Religiões da Lusitânia» (1905), disse que Ossónoba devia ter sido em Faro, ou perto. Posteriormente, expressou sua opinião de modo mais preciso, nos seguintes períodos (falando de povoações de nomes arábicos): «A par com denominações alteradas, como *Cacela* e *Alcacer*, há pouco citadas, há as que substituem denominações antigas, por exemplo *Faro*, em vez de *Ossónoba*, que nos é documentado desde os tempos proto-históricos». E, em nota, desdobradas as abreviaturas: «Nos tempos pre-romanos e romanos *Ossónoba*, no tempo dos Romanos e Árabes *Santa Maria, Faro* no período português»: (David Lopes, *Toponímia Árabe de Portugal*, in «Revue Hispanique», vol. IX—1908). Escreve este autor: «*Ossonoba* não parece ser a mesma povoação que os Árabes chamavam *Santa Maria*, por quanto Ibne Alabar nos diz que esta era o porto daquela, mas as inscrições latinas que têm sido encontradas nas muralhas de Faro provam que não devia ser longe» (*Ibidem*). Acerca das inscrições

(1) *O Domínio Romano*, in «História de Portugal», edição de Barcelos, vol. 1.º, pág. 243.

romanas de Faro, vide também *O Archeologo Português*, V, 43-44 e XXII, 124, 125, 126. O que Ossónoma não podia ter sido era Milreu, que ficava mais longe, embora nas ruínas do Castelo de Faro se encontrassem três colunas de mármore, idas de Milreu, como se prova das bases que aqui ficaram e lhes correspondem, segundo me comunicou o Dr. Coelho de Carvalho. Compreende-se que fossem de longe, colunas como estas, por serem grandes; mas para que iriam lápides pequenas como outras que se encontram em Faro? Em Milreu havia, sim, umas termas importantes e um templo, de que ainda resta algo; igualmente por aí aparecem sepulturas. Já depois de escrito isto, e publicado n-*O Archeologo Português*, apareceram em Faro outras inscrições romanas, uma delas muito extensa, que copiei e darei a lume» (1).

Leite de Vasconcelos, entretanto, visitava mais detidamente Faro e seus arredores. Em 1933 e, principalmente, em 1935, prestou particular atenção ao problema da localização de Ossónoma. Expondo-lhe eu as razões que me levavam a identificar Ossónoma com o lugar em que está situada a cidade de Faro, deu-me sua plena concordância.

Outros, que acerca do caso escreveram ou continuam escrevendo, seduzidos pelas ruínas de Milreu — ou talvez mais por acatamento a Estácio da Veiga —, persistem na crença de que Ossónoma foi em Estoi.

Tudo indica, segundo julgo, que o verdadeiro local onde aquela cidade existiu é o bairro mais antigo de Faro, precisamente a parte cujos muros Afonso III cercou no ano de 1249.

## I — Provas históricas

Que a cidade existiu na região do cabo de Santa Maria e que era de fundação pré-romana está fora de dúvida. Assim, tratando da zona costeira

---

(1) *Etnografia Portuguesa*, vol. II (Lisboa, 1936), pág. 370, nota 3.

desde o *Hierón Akroterion* (Cabo Sagrado, ou de São Vicente) às *Stelai* (Colunas de Hércules, ou Estreito de Gibráltar), diz Estrabão (Lib. III-2-5): «Os indígenas, conhecedores da natureza da região, e sabendo que os esteiros podem ter a mesma serventia que os rios, construíram sobre aqueles suas cidades e povoados, tal como o fazem nas margens dos rios. Assim foram levantadas Asta Regia (*próxima de Jerez de la Frontera*), Nabrisa (*Nebrija ou Lebrija*), Onoba (*Huelva*), Ossonoba (*segundo creio, Faro*), Mainoba (*a leste de Málaga?*) e outras mais. A série de canais, que por onde quer se abriram, ajuda ao tráfico e às relações tanto entre si próprios como com os forasteiros. Do mesmo modo, também no preia-mar se utilizam os braços confluentes quando os istmos que os separam se fazem navegáveis ao ficarem inundados. As naves passam, então, dos rios aos esteiros, e vice-versa» (1).

Plínio é menos minucioso (2): «Pelas suas areias auríferas é celebrado o Tagus. A 160.000 passos dele eleva-se o Promunturium Sacrum, que desemboca quase a meio do lado frontal de Hispania. Segundo Varrão, desde este cabo até o centro da cordilheira dos Pirinéus há 1.400.000 passos; mas até o Anas, com cujo curso separamos a Lusitânia da Bética, 120.000, sendo a distância até Gades de 102.000 passos mais. Suas «gentes» são os celtas, os túrdulos, junto ao Tagus os vetões, e desde o Anas até o Sacrum (Promunturium) os lusitanos. Os «oppida» mais famosos, sítios sobre a costa a partir do Tagus são Olisipo, célebre por suas éguas, que são fecundadas pelo vento favónio, Salácia, cognominada Urbs Imperatoria, e Meróbriga. Seguidamente o Sacrum Promunturium e depois o Cuneus; os «oppida» de Ossónoba, Balsa e Myrtilis» (3).

(1) Pela versão espanhola do Prof. António Garcia y Bellido, *España y los españoles: hace dos mil años, según la Geografía de Strábon*, pág. 86, Madrid, 1945.

(2) Plinius, *Naturalis Historia*, Lib. III, iv, 116.

(3) Pela versão espanhola do Prof. A. Garcia y Bellido, *La España del siglo primero de nuestra era*, Madrid, 1947.

Pomponio Mela não é menos breve: «A Lusitânia começa do outro lado do Anas; a parte que olha para o Atlântico forma primeiro um grande saliente no alto mar, atrás do qual se retrai tanto, que a costa se recolhe mais que a da Bética. Este saliente divide-se entre promontórios separados por dois golfos; o mais chegado ao Anas chama-se Cuneus Ager, porque partindo de uma ampla base avança pouco a pouco, aproximando-se seus lados; segue-se o chamado Sacrum, e o mais afastado tem por nome Magnum (*Cabo da Roca*). No Cuneus (*Cabo de Santa Maria*) acham-se Myrtilis, Balsa, Ossónoba; no Sacrum (*Cabo de São Vicente*), Lacobriga e o Portus Hannibalis, e no Magnum, Ehora» (1).

Dos três geógrafos antigos, só o primeiro, Estrabão, entra em minúcias topográficas. Segundo ele, Ossónoba e outras cidades costeiras do Algarve e da Andaluzia eram servidas por cursos fluviais e por esteiros que se comunicavam. Antes destes períodos, o geógrafo grego, seguindo, aliás, outros autores, principalmente a Poseidónios (Vide Garcia y Bellido, *op. cit.*), traça-nos elucidativo esboço da configuração costeira, pondo em relevo a influência do mar e das marés no desenvolvimento populacional e económico da Turdetânia:

«Toda a terra que se estende atrás da costa compreendida entre o Hierón Akroterion (*Cabo de São Vicente*) e as Stelai (*Colunas de Hércules*) é plana. Abrem-se nela frequentes chanfraduras semelhantes a covões de regular tamanho, e a vales fluviais, pelos quais o mar penetra por terra dentro, até muitos estádios de distância; as águas ascendentes do preia-mar invadem-nos de tal modo que os barcos podem então subir por eles como se o fizessem por um rio, e até mais facilmente; com efeito, a sua navegação se parece com a fluvial, livre de obstáculos, já que o movimento ascendente

---

(1) Pela versão espanhola do Dr. A. Garcia y Bellido, *La España del siglo primeiro nuestra era*, Madrid, 1947, págs. 142-143.

da preia-mar a favorece, como o faria o fluir de um rio. Nestas costas as marés ascendentes são maiores que noutras, pois impulsionadas as águas desde o grande mar (o Atlântico) contra a estreita boca que forma a Maurousia (*Marrocos*), ao avançar sobre Ibéria, vendo-se obrigadas a retroceder, invadem, então, facilmente, as terras circundantes. Algumas destas depressões costeiras se esviam na maré baixa, embora haja também as que não desalojam a água por inteiro; acontece outras conterem ilhas. Assim são as enseadas compreendidas entre o Hierón Akroterion e as Stelai, em que as marés são mais vivas que noutras partes. Estas marés proporcionam certas vantagens aos navegantes: mercê delas as enseadas são mais numerosas e maiores, o que permite que as naves, em alguns casos, possam ascender por suas águas até oitocentos estádios (cerca de 150 quilómetros) terra adentro. Assim, pois, sendo a região navegável em todos os sentidos, tanto a importação como a exportação de mercadorias se vêem extraordinariamente facilitadas. Todavia, apresentam também alguns inconvenientes: a navegação nos rios é extremamente perigosa, tanto para as naves que os sobem como para as que os descem, porque a força da preia-mar choca com violência contra as águas descendentes dos rios. Nos esteiros é o refluxo o perigoso; com efeito, de modo análogo estes perigos se acentuam nas preia-mares, pois com a velocidade da água ascendente, amiúde os barcos dão em seco. Acontece também que os animais que passam às ilhas do rio antes da preia-mar, surpreendidos por esta já ao subir e ao baixar, é frequente perecerem por falta de força para lutar contra a corrente, ao intentarem o regresso. Dizem que os touros, acostumados ao facto, esperam que o refluxo termine para então voltarem à terra firme. »

García y Bellido nota que esta descrição, no ponto em que diz poderem os navios penetrar por estuários até 150 quilómetros terra adentro, se refere concretamente ao Guadalquivir e ao Anas. Tal percurso, no Guadalquivir, terminava um pouco a montante de Ilipa, (*Alcalá del Rio*), de onde, de-

pois, mediante barcaças, se atingia Córdova; e que no Guadiana, embora menos apto que o primeiro destes dois rios, a navegação podia ir até Mérida.

Quanto a mim, creio que, relativamente ao Guadiana, a navegação, como hoje em dia, seria franca até Mértola, e com dificuldade até uns 1200 metros antes de chegar ao Pulo do Lobo. Segue-se um lanço, de pequena extensão (uns dois mil metros) é certo, mas no qual, além da navegação ser de todo impossível, o trânsito pelas margens era e é extremamente difícil, impraticável mesmo, para viaturas. Daí para cima, tanto a navegação como a viação marginal seriam imensamente trabalhosas, até o curso médio do rio, na zona de Mérida-Badajoz, onde o trânsito fluvial e o terrestre eram fáceis.

Mas o que neste passo de Estrabão mais se evidencia é o respeitante a enseadas, esteiros e canais, ao emaranhado das rias, às numerosas penetrações das marés, até pontos relativamente distantes da linha do litoral.

Não obstante as obstruções e entulhamentos modernos, ainda hoje esses antigos esteiros se reconhecem com toda a evidência: ao fundo da baía de Lagos, pela Ribeira de Bensafrim, até o sítio denominado Paul, e por Alvor, até Odeáxere e Mexilhoeira Grande; pelo Rio Arade e Ribeira de Boina, até Silves e Porto de Lagos, respectivamente; na extensíssima Ria de Faro, desde o Ancão, entre Faro e Quarteira, até Cacela Velha, com os esteiros do Ludo, Pontes de Marchil, do Séqua e da Ribeira de Almargem, e muitos outros menos importantes; nos salgados de Castro Marim, também vastos, pelos esteiros da Carrasqueira e da Lezíria, curioso resto de um remotíssimo estuário do Guadiana, e nos terrenos aluviais da Ilha Cristina; na Ria de Huelva; com desmedida grandeza, no baixo Guadalquivir, desde Cória del Río (*Caura*) até Sanlucar de Barrameda; e, finalmente, no Golfo de Cádiz, toda esta última parte restos do *Sinus Tartessii* dos antigos.

Ossónoba estava, pois, em situação idêntica à de *Onoba*, *Asta Regia* e *Nabrissa*. Possivelmente assim seriam também *Laccobriga* e *Portus Hannibalis*. *Baesuris* era-o, sem dúvida, ao passo que *Myrtilis*

ocupava, como a Mértola de hoje, o termo do extenso canal marítimo que o Guadiana verdadeiramente representa desde a foz até alturas daquela vila alentejana.

Examinemos, agora, a descrição que Rásis nos deixou de Ossónoba: «É fértil e abundante, plana e cheia de muitas hortas, regadas por copiosas águas, com montes acomodados aos pastos dos gados, possuindo óptimo âmbar e vizinha do mar, com suas pequenas ilhas em que navegavam barcos e navios, e uma das cidades de igual grandeza, a melhor do mundo, tendo conservado o nome que tinha na língua púnica, e que os árabes mantinham — Exubana » (1).

Isto é em Ataíde Oliveira. O mesmo Ataíde, em outro passo da «Monografia de Estoi», entendeu que ajustaria melhor as palavras de Rásis à localização de Ossónoba em Estoi, dando-nos esta outra tradução: — ... «era Ossónoba uma cidade, a melhor do mundo, plana e fértil; cheia de muitas hortas, e povoada de montes (*sic*) acomodados à pastagem dos gados, com muitas fontes e águas correntes, vizinha do mar, com muitos esteios e pequenas ilhas, por onde navegam barcos e navios, e possuindo âmbar ótimo»... (2)

Se o texto latino, transmitido por Resende está certo, Rásis não fala de «esteios» (que Ataíde noutro sítio diz ser o mesmo que «estuários»), nem fala expressamente em fontes e águas correntes, nem diz que Ossónoba era a melhor cidade do mundo,

(1) Esta é a versão apresentada por Ataíde Oliveira na Monografia de Estoi. O texto latino reproduzido por Baptista Lopes é assim: «*Exubana solo fertili, ac frumentario sita est, plano, et fructiferis arboribus consito. Habet etiam pineta, et montes ad alenda pecora maxime accõmodatos. Hortos quoque irriguos multos, quoniam fontibus, ac fluentis abundat. Electrum producit optimum. Mari vicina est, ubi aliquot sunt insulae parvae, cymbis, ac naviculis ad usum, et invectiones opportunae. Civitas inter eadem magnitudine pares de melioribus totius est orbis*». (Resende, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, pág. 201, Edic. Rom. e pág. 180, Edic. Eboresense de 1593).

(2) Duvido de que a Ria de Faro pudesse fornecer «ótimo âmbar».

mas sim a melhor entre as de igual grandeza, isto é, entre as de tamanho idêntico e de idênticos recursos, em área urbana, riqueza do seu termo e correspondente população.

Estácio da Veiga, em «Os Povos Balsenses», incorreu na mesma inexactidão: «O Milreu é, portanto, a sede de Ossónoba, dessa opulentíssima cidade que o geógrafo Rásis diz ser de *todas as cidades do mundo* a melhor.» O sublinhado é de Estácio da Veiga que, com Vicente Salgado, Ataíde e outros, excedeu o exagero do próprio mouro.

Das palavras de Rásis ninguém poderá criteriosamente deduzir que as tais «muitas hortas regadas por águas copiosas e os montes acomodados aos pastos dos gados» estavam dentro da cidade. Ao falar de *Exubana* referia-se, pois, não só à cidade propriamente dita mas também às cercanias, aos arrabaldes, ao termo territorial de que ela era centro e cabeça.

Diz que era «vizinha do mar» e com «pequenas ilhas em que (ou seja *entre as quais*) navegavam barcos», ilhas que julgo evidente colocar entre a cidade e o mar. Sendo assim, teremos Ossónoba junto à ria, e não quase nove quilómetros distante desta. Os que pretendem que Ossónoba tenha sido edificada em Milreu forcem, porém, a interpretação de todos estes pormenores, adequando-os à topografia de Estoi, e lançam mão do Rio Seco, a fim de explicarem a navegação até Ossónoba na época romana.

Ora, o Rio Seco, salvo nas escassas centenas de metros junto à sua actual desembocadura na Ria — lanço que hoje não é mais que uma vala artificialmente aberta em sedimentos modernos — é, nesta parte do Algarve, a única ribeira que não mostra sequer vestígios de depósitos próprios de antigo esteiro, como, pelo contrário, se patenteiam na do Ludo, na das Pontes de Marchil e outras. Fora da zona farensê, só conheço outra ribeira de idêntico tamanho em que a penetração marinha, em tempos históricos, nunca foi muito adiante da foz — a de Cacula. Este aspecto do problema será apreciado noutro capítulo da presente resenha.

Ponto muito versado é a súbita e enigmática «desaparição» de Ossónoba. Quando e como foi destruída?

A famosa cidade, que desde a época romana prosperou e, seguidamente, com os Visigodos, foi proeminente sede de bispado, some-se, de repente, não no começo da invasão árabe, mas sim mais de dois séculos depois.

Rásis diz-nos que ela existia, e que os árabes lhe mantinham o nome. Note-se que esta testemunha viveu nos reinados dos emires e califas do Andaluz, Abd Al-Raman III (912-961) e Al-Hakem II (961-976), sendo cronista deste último.

Tentemos entrever como se deu tal «desaparecimento».

Cerca de 920, segundo o cronista árabe, o Bayan, Bakr b. Yahya b. Bakr (o Becre, ou Bekre dos escritores portugueses) estabeleceu em *Santa Maria* o seu efêmero principado, fez aí construções e transformou-a em castelo forte, que ele muniu de portas de ferro (1).

Foi nesta *Santa Maria de Ossónoba*, ou *Santa Maria do Algarve*, que Mohâmede ben Said ben Harun (o Ibne Hárune) se estabeleceu um século depois (cerca de 1031), passando desde então a cidade a chamar-se *Santa Maria de Ibne Hárune*, ou *Santa Maria de Harun*, de que resultaram as denominações *sanctam maria de ffaarõ* (em documento de 1249), *sanctam Mariam de Faaron* e *Faaram* (em diploma de 1250 e no foral de 1269, ocorrendo também a forma *Faarom*, neste último ano), *Fáram* (1469), *Fárão* (1471) e, finalmente, *Faro* (2).

Disto, e de um passo de Ibne Alabar atrás apontado em citação de David Lopes, concluem geral-

(1) «... il s'établi à Santa Maria, y fit des constructions et la transforma en un château fort qu'il munit de portes de fer.» (E. Lévi-Provençal: *L'Espagne musulmane au X.ème siècle*, Paris, 1932; *Histoire de L'Espagne musulmane*, Cairo, 1944, págs. 120 e 298-299, respectivamente).

(2) Vid., entre outros, David Lopes, *Os arabes nas obras de Alexandre Herculano*, in «Boletim da Segunda Classe da Academia Real das Sciencias», vol. III (1909-1910).

mente os nossos escritores que a cidade de Ossónoba era uma povoação, e *Santa Maria de Ossónoba*, outra, um simples porto, da primeira. Seguindo na esteira de Fr. Vicente Salgado, crêem que Ossónoba foi arrasada pelos súbditos de Becre, ou pelos de Ibne Hárune, os quais teriam levado para os novos edifícios e muralha de Santa Maria os materiais arquitectónicos daquela cidade, empregando-os a esmo, em vulgar alvenaria (1).

Ossónoba não ficaria, porém, desde logo totalmente destruída. O Sr. General Vitoriano José César diz-nos que «em 1134 o novo emir do Andaluz, Texufin, exerceu grandes represálias na população cristã, após a derrota de Afonso 1.º de Aragão (17 de Agosto de 1134), por aquela ter auxiliado este na invasão da Andaluzia, na tentativa de se apoderar de Granada».

E conclui: «Este (Texufin), tendo acabado de arrasar Ossónoba, levou desta região 6.000 cativos que consigo transportou para África, em 1137. Esta gente foi, os combatentes, encorporada no exército para combater os almôhadas; e as mulheres, velhos e crianças foram empregados no cultivo das terras. Foi, pois, em 1137, que Ossónoba acabou de ser reduzida a ruínas. Durante o domínio almôhada só são mencionados os nomes de Santa Maria de Fárun e de Tavira, e não se fala mais em Ossónoba».

Em vista disto, temos, portanto, uma Ossónoba cristã, desmantelada e, por fim, completamente destruída, e uma Santa Maria de Ossónoba, erecta por Becre e um século depois engrandecida, sempre à custa das pedras de Ossónoba, com o advento de Ibne Hárune. Conforme esta versão, Ossónoba ter-se-ia aguentado na sua primitiva grandeza e monumentalidade, desde o início da invasão árabe (2) até cerca de 920, ano em que Becre se fortificava

---

(1) Vid. nomeadamente, *Monografia de Estoi*.

(2) A conquista de Ossónoba, não se sabe se após combate se, como é mais provável, mediante rendição voluntária, por Abdelazis, filho de Muça, foi em 713.

em Santa Maria, ou seja, durante o longo período de dois séculos.

Para reforço de tantos elementos de confusão, acontece, entre outras coisas:

Nos cronistas árabes, o topónimo Ossónoba ora se refere à cidade, ora ao seu distrito. Assim, *Iacute*: «Ossónoba é cidade do Andaluz, ao ocidente de Córdoba. A província é limítrofe da de Lisboa. É cidade rica e abundante do que fornece a terra e o mar». Noutra ponto, ao descrever Silves, diz que esta cidade (Silves) «é a capital da província de Ossónoba» (1).

*Al-Makkari (Almacari)*, notável compilador que viveu no séc. xvii: «A província de Silves é chamada de Ossónoba, a qual é limítrofe da de Lisboa; e Ossónoba é uma grande cidade de que dependem várias povoações e castelos» (2).

*Ibne Alabar* afirmou que Santa Maria servia de porto a Ossónoba (3).

*Idrici* (1099-1171) não fala de Ossónoba (4).

Se, ao mencionarem Ossónoba, tanto se podiam referir à cidade como ao distrito, ou província, nada impede de admitirmos que Ibne Alabar, ao afirmar que Santa Maria servia de porto a Ossónoba, quisesse dizer que Santa Maria era o porto principal da província de Ossónoba, a própria Ossónoba, em sentido restricto.

Lembremo-nos, também, de que o cronista Rásis viveu, como atrás vimos, pelo menos até o fim do reinado do califa Al-Hakem II, isto é, até 976. Ora a transformação de Santa Maria de Ossónoba em castelo forte, por Becre, sucedeu cerca de 920. Foi nesta povoação transformada por Becre que Ibne Hárune se instalou cerca de 1.031. No entanto Rásis não denuncia a destruição de Ossónoba, e esta, se de facto se tivesse verificado, seria devida a Becre.

---

(1) David Lopes, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, in vol. III, pág. 241 do «Boletim da Classe de Letras da Acad. das Ciências de Lisboa».

(2) Idem, pág. 242.

(3) Idem, pág. 241.

(4) Idem, idem.

É mais natural que Santa Maria de Ossonoba — a cidade — passasse a denominar-se Santa Maria de Hárune, e que a antiga designação permanecesse relativamente à província dependente da cidade.

## II — Provas arqueológicas

Os principais testemunhos arqueológicos, demonstrativos de que a cidade de Ossónoba assentou precisamente na área que os muçulmanos amuralharam, e que constitui hoje a parte mais antiga da capital algarvia, são as lápides, os fustes de colunas e outros elementos arquitectónicos achados nas muralhas de Faro. Algumas lápides, como sabido é, falam expressamente de Ossónoba. Tais elementos, porém, que em qualquer outro lugar são considerados como pouco menos que provas decisivas da localização de antigas urbes, no caso de Ossónoba têm sido e continuam a ser postos fora de consideração por todos quantos, na esteira de Vicente Salgado, e tomando como infalível a opinião de Estácio da Veiga, crêem que os agarenos transportaram de Estoi para Faro aqueles materiais, e que Ossónoba não podia ter sido senão em Estoi, visto lá se encontrarem as ruínas do sumptuoso balneário.

Não insistirei, pois, neste particular. Mas se em Faro as sucessivas construções no mesmo terreno, através de tantos séculos, não consentiram a conservação de ruínas tão expressivas como as de Milreú (se bem que estejamos longe de saber o que permanecerá oculto no sub-solo do bairro da Sé), alguns indícios se colheram já.

Quando, em 1933, fiz uma pequena exploração no largo fronteiro à Sé de Faro (1), verificou-se

---

(1) Vide *Algumas investigações arqueológicas na cidade de Faro. I — O Largo da Sé*, in «O Algarve», dez artigos, de 23-4 a 25-6-1939. A série completa é de 57 artigos, desde o n.º 1621 ao n.º 1677, de 19-5-1940, e compreende mais os seguintes capítulos: II — *O cemitério luso-romano do Bairro Letes*; III — *As muralhas de Faro*; IV — *Onde foi Ossónoba* (seguido de Aditamentos). Do I fez-se reedição ilustrada,

o seguinte: A superfície desse largo foi-se alteando no decurso do tempo, havendo por baixo de uma camada com alicerces e variados restos cerâmicos da época árabe, outra com alicerces, cerâmica e objectos metálicos da época romano-visigótica. Neste nível inferior havia, além de outra grossa parede, um compartimento que não chegou a ser totalmente desentulhado, parecendo que mais tarde fora revestido de *opus signinum* (formigão) e adaptado a tanque, ou pequena cisterna. Uma das paredes fora primeiro forrada de delgadas lâminas de mármore branco e, destruído este forro, coberta por um reboco de três centímetros de espessura, com pintura a fresco.

No ano de 1940 levou o Largo da Sé o arranjo que lhe deu o seu presente aspecto. Melhores provas arqueológicas surgiram então, relatadas por Mário Lyster Franco em alguns artigos publicados na imprensa farenses (1), salientando-se os alicerces de um grande templo.

Cerca de 1870, refere Lyster Franco, o largo sofreu um «desaterro importantíssimo». «Então, ao que se diz, foram dadas ordens rigorosas para que nada transparecesse, não fossem os arqueólogos meter o bedelho e entravar o andamento de trabalhos sobre que já houvera demasiada discussão».

Mais tarde, pelo ano de 1883, tornou a repetir-se o péssimo serviço infligido à cultura nacional. «Assim parece que aconteceu, por exemplo, com o próprio edifício camarário, construído no local do anterior, mas em cujas obras, segundo a tradição corrente entre o seu mais antigo pessoal, se des-

---

com o título de «*Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro*», e separata dos n.ºs 39 a 46 da «*Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*» (Lisboa, 1949). O II foi também reeditado: vid. «*O cemitério luso-romano do Bairro Letes (Faro)*», separata de «*Brotéria*», vol. LIII, págs. 145 a 165, Lisboa, 1951.

(4) Vide «*Os últimos achados arqueológicos do Largo da Sé*», in «*Correio do Sul*», de 10 e 17-3-1940; «*Outra inscrição inédita de Ossónoba e Um templo romano em Faro*», no mesmo semanário, de 1 e 28-7-1940, respectivamente.



**Fig. 1 — Restos do grande edificio que parece estender-se por baixo da actual Sé de Faro (escavações de 1939).**

(Fots. de M. Lyster Franco)

cobriram vestígios de remotas construções. O sigilo imposto aos trabalhadores impediu que deles tomassem conhecimento os entendidos da matéria».

Nas obras de 1939, procurou-se, pelo contrário, registar minuciosamente quanto aparecesse, e se mais não alcançou este meritório e louvável empenho da Câmara Municipal de Faro foi porque uma força inamovível se opôs injusta e desrazoadamente à sua vontade.

Lyster Franco e a Câmara Municipal diligenciaram reconstituir a planta do grande edifício cujos alicerces naquela altura apareceram. A extensão das paredes era tal, porém, que houve necessidade de se suspenderem as escavações. «Elas teriam que abranger uma amplitude que levaria, talvez, a remover o largo inteiro».

Por ocasião da abertura de um pequeno poço junto à muralha, no extremo sudoeste do Castelo, achou, há uns vinte anos, o Sr. António Quitério, guarda do Museu do Infante D. Henrique, entre 6 e 7 metros de profundidade, muitos fragmentos de cerâmica romana, compreendendo bocados de magnífica *terra sigillata*, tudo por mim oportunamente relatado na imprensa farense e recolhido ao museu arqueológico de Faro <sup>(1)</sup>.

Merecem também atenção os fundamentos da muralha, no lanço voltado para a Ria, desde a Torre da Vigia à Porta Nova e desta até o Castelo.

Em alguns dos bairros modernos, nomeadamente no do Letes, assim como nos arredores da cidade, são frequentes os achados de alicerces, sepulturas e variados objectos da época romana (Horta do Pinto, Pontes de Marchil, São João da Venda, Amendoad, Ludo, etc.).

As cercanias de Santa Maria de Ossónoba não eram, pois, terrenos áridos e desérticos, secos, improdutivos e despovoados, como pretendem que fossem os localizadores de Ossónoba em Estoi, terra esta hoje sem dúvida mais viridente, mas que na

---

(1) Vide *Onde foi Ossónoba*, in «O Algarve», n.º 1672 e 1673, de 14 e 21-4-1940.

economia peninsular nada indica ter sido, ao tempo dos Romanos, um centro essencialmente resultante da produção agrícola. O nervo vital de Ossónoba não estava nas hortas nem nas pastagens, mas sim na pesca.

### III— Provas geológicas

De acordo com a descrição de Rásis, os que colocam Ossónoba no local das ruínas de Milreu consideram-na porto de mar ou, pelo menos, acessível à navegação. Preciso se torna, por conseguinte, fazer chegar os barcos até lá, no tempo dos Romanos e mesmo depois, porque a navegabilidade do Rio Seco só na ocasião em que Becre se instala em Santa Maria de Ossónoba desaparece. Podiam os inventores de tal suposição ser mais exactos, datando essa desapareição a par do advento de Ibne Hárune, cem anos depois. Não se esqueça que Rásis, cuja vida decorre por mais de cinquenta anos após a revolução urbanística de Becre, cerca do ano de 920, nos fala de uma Ossónoba vizinha do mar, na proximidade de pequenas ilhas e de canais navegáveis.

Baptista Lopes diz que «antigamente corria na baixa do sítio chamado Santo António do Alto, a E. desta cidade, um grande esteiro (*Æstuarium*) conhecido hoje com o nome de *Rio Seco*, por onde entrava a maré até Estoi quase; e nele havia grandes esteiros, a que Rásis chamou ilhas, e hoje ainda aparecem nesses contornos para a parte da barra; e por isso Ossónoba foi chamada *Æstuarium*, de onde viria talvez o nome de Estoi.» (1)

Já vimos atrás que *Æstuarium* era cognome de *Onoba*, a actual Huelva. Por consequência, a pretensa derivação para o nome de Estoi é mais uma pura fantasia que se dilui.

Tornemos a Estácio da Veiga: «Segundo observações que este ano fizemos no sítio do Milreu,

(1) *Corografia do Reino do Algarve*.

perto de Estoi, onde ainda se patenteiam as ruínas de um famoso templo de fabrico romano, e um notável encadeamento de alicerces mais ou menos à flor da terra, correndo em maior força no sentido do Cabo de Santa Maria e do Rio Seco, outrora navegável até Ossónoba, parece-nos que o centro desta cidade devera antes ter sido no Milreu do que em o lugar pròpriamente Estoi.» (1)

«Estas duas ribeiras (a Ribeira Velha e a Ribeira de Alface) misturavam-se quase em frente dos antigos edificios do Milreu, numa larga bacia, que pode ter sido ancoradouro de pequenos barcos, e aí começava a formação do rio, hoje denominado *Rio Seco*. Ainda não há muitos anos se encontraram as argolas de ferro a que se prendiam esses barcos.» (2)

Sobre a posterior inavegabilidade do Rio Seco, argumenta Estácio da Veiga com os movimentos de levantamento e abaixamento da costa meridional do Algarve, testemunhados, segundo ele, pelas ruínas existentes na praia do Murtinhal, perto de Lagos, na foz do rio de Almádena, nas imediações de Alvor, em Loulé Velho (Quarteira), e muitas outras que se nos deparam ao longo do litoral algarvio.

Pereira de Sousa admitiu que Ossónoba fosse edificada onde actualmente vemos Estoi. Quanto ao Rio Seco, escreveu: «Supõem também alguns autores que o nome actual de Estoi vem de esteio ou estuário, por ter havido um esteiro, por onde chegavam as marés até próximo da povoação. Passa de facto, próximo de Estoi, uma ribeira que nasce em São Brás e que corre também junto à Conceição, que chamam Rio Seco. Este rio, a partir da sua foz, a E. de Faro segundo a Carta Geológica, acha-se situado numa mancha de que ele é o eixo, constituída de terrenos recentes que se estendem até à Conceição, e que poderiam bem ser o resultado do assoreamento deste antigo e largo rio, que o próprio nome de Rio Seco está a indicar. Da Con-

(1) *Os Povos Balsenses.*

(2) Ataíde Oliveira, in *Monografia de Estoi*, pág. 128 (resumindo Estácio da Veiga).



Sem quebra do respeito devido à memória do geólogo eminente que foi Pereira de Sousa, ao trecho atrás transcrito ousou opor as seguintes observações.

A extensão do Rio Seco, desde a sua desembocadura, na orla actual da Ria, até o encontro da curva de nível dos 25 metros, um pouco a sul da Conceição, é de 5.500 metros. Os primeiros 1.000 metros, desde a foz até à estrada de Faro a Olhão, podem considerar-se em terreno perfeitamente plano. Daí para montante, vai subindo quase insensivelmente, sem o menor desnivelamento brusco, até à referida cota de 25 metros, o que representa, todavia, um desnível de 5 metros e meio por quilómetro.

Daquele ponto, a sul da Conceição, até à curva de nível dos 50 metros, que passa cerca de 400 metros a sul das ruínas do Milreu, a distância é de 3.650 metros (despresando sempre as pequenas sinuosidades do rio), de modo que a subida é mais pronunciada.

O esteiro, portanto, por onde entrariam livremente as águas das marés, nunca, em tempos históricos, poderia ter atingido as proximidades da Conceição, a menos que corresse incrivelmente encaixado, ou que, posteriormente à época do domínio visigótico, ou mesmo do romano, tivesse ocorrido um abaixamento da costa, com a correspondente elevação da zona interior (movimento de báscula), de tal amplitude e com tal rapidez que o esteiro em tão curto lapso de séculos desaparecesse.

A hipótese desse movimento epirogénico tem sido posta por vários escritores alheios à geomorfologia e à geologia, mas Pereira de Sousa também a considerou. Referindo-se às ruínas da Boca do Rio, em Budens, diz: «Pela importância da povoação arrasada pelo mar, este talvez se tenha elevado alguns metros» (1).

Cita, ainda como indícios dessa transgressão marinha as ruínas romanas da foz do Arade e as da costa de Quarteira (Loulé Velho): «Em vários pontos

---

(1) *O terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*, 1.º volume (Lisboa, 1919), pág. 93.

da costa meridional do Algarve observa-se que o mar tende novamente a banhar terrenos a que há muito não chegava ».

Claro que, em relação ao Rio Seco, o movimento de elevação do interior, a nove quilómetros da costa (pressuposta causa da maré da Ria deixar de chegar ali, ou mesmo simplesmente às proximidades da Conceição, a 5 quilómetros), implicaria necessariamente um movimento de imersão da linha costeira, de valor correspondente ao daquele movimento de emersão.

Vejamos se temos provas de tal abaixamento da linha litoral.

As praias quaternárias estendem-se, com notável desenvolvimento, no sotavento algarvio, sobretudo em torno de Faro e na zona de Cacela (1).

A mais antiga (milaziana) aparece: a oeste da Aldeia Nova, no cerro denominado Cabeça (sítio do Gancho), na altitude máxima de 40-44 metros; a noroeste de Olhão, pelas colinas da Conceição e do Pexão, e ainda surgem restos de praias mais antigas na Quinta Grande e Chão de Cevada, cerca de 60 metros de altitude; no cimo da colina de Santo António do Alto, onde se encontra a ermida e o Liceu (50 metros de altitude).

Os níveis tirrenianos ocupam área muito maior: numa planura a 24 metros de altitude, que vai até o bordo da falésia, a leste de Cacela; no sítio da Torre, abrangendo o terreno em que assenta a estação do caminho de ferro, da Luz de Tavira; e desde a Torre para sudoeste, na direcção do Livramento e da Fuzeta, com um ponto culminante a 27 metros; os ter-

---

(1) Vid. Mariano Feio e Amílcar Patrício, *Notícia acerca do Quaternário no Vale do Guadiana*, in «Arquivo de Beja», vol. II, págs. 43 a 69 (Beja, 1945); L'Abbé Henri Breuil, Maxime Vaultier e Georges Zbyszewski, *Prémière prospection paléolithique en Algarve* (Porto, 1943); Abel Viana, *Breve excursão arqueológica no Algarve* (Faro, 1945); Mariano Feio, *Os terraços do Guadiana a jusante do Ardila* (Lisboa, 1946); Abel Viana e Georges Zbyszewski, *Contribuição para o Estudo do Quaternário do Algarve*, in «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Tomo XXIX (Lisboa, 1949), págs. 197 a 250, com 12 Ests.; etc.

renos em que assenta o bairro económico de Olhão; as colinas da Boa Vista e do Alto de Rodes, com o máximo de altitude a 38 metros.

Vêm, finalmente, as formações de praias grimaldianas, a oeste da Aldeia Nova (8-12 metros); em Castro Marim, ao sul desta vila e em torno da Quinta da Lezíria (15-20 metros); a montante da ponte sobre a estrada de Tavira a Vila Real na ribeira de Almargem; alguns vestígios apreciáveis no corte da trincheira da via férrea, 300 metros a oeste do apeadeiro de Marim; entre Faro e Olhão, nas vertentes das colinas do Areal Gordo e do Joinal, assim como junto da Ponte das Lavadeiras, no sítio em que a estrada de São Luís entronca na de Olhão.

Uma segunda praia grimaldiana, de nível mais baixo, apenas a alguns metros acima do mar actual, se nota entre as aldeias de Cabanas e a Canada, bem como uma pequena plataforma na Torre d'Ares (8-10 metros).

As praias quaternárias prolongam-se para oeste de Faro, por Marchil, Arábia, Selva, Gondra, Garrão, Ancão, etc., quase tudo isto em torno do Ludo; e mais para Norte, ou seja, para o interior, há níveis de praias mais antigas que as grimaldianas e tirrenianas.

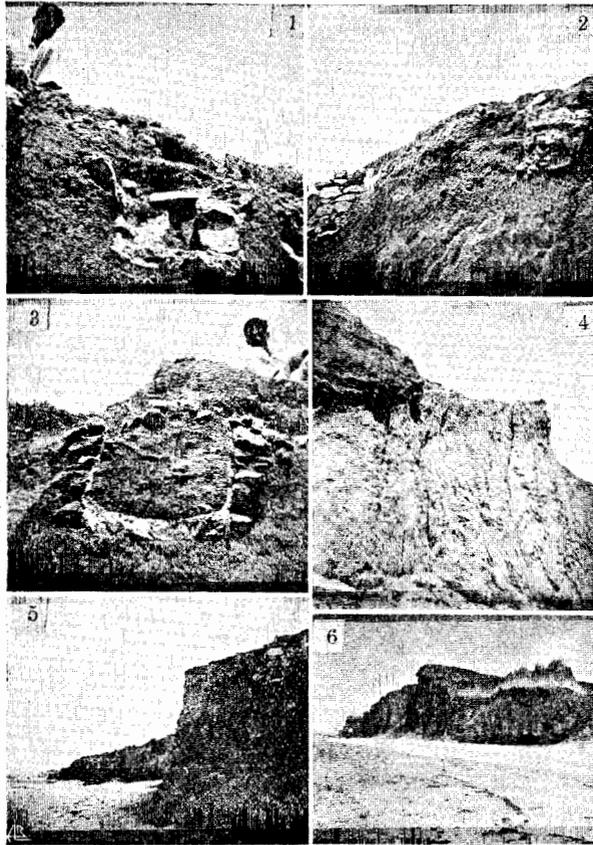
A seguir ao Ancão, até Quarteira, notam-se depósitos grimaldianos e tirrenianos, pelo menos, os quais se ligam a níveis idênticos vindos de oeste (1).

Na própria cidade de Faro, o plaine em que assenta o Largo do Carmo, compreendendo o antigo Largo da Feira, pode ser considerado como trecho de praia grimaldiana. E ainda há depósitos de uma baixa praia grimaldiana pouco adiante do Largo de São Francisco, na curva da linha férrea, próximo do Moinho do Grelha.

Estes retalhos de praia baixa, grimaldiana, são de superfície quase horizontal. A areia e cascalho que se encontram no sub-solo do Largo da Sé devem pertencer à mesma formação geológica. Esse nível

---

(1) Por mim verificado em excursão realizada em Maio de 1948.



**Fig. 3**—N.º 1, 2 e 3: Restos de tanques de salga e pavimentos de mosaico, na falésia de Loulé Velho (fotografados em 1937), destruídos durante o ciclone de Fevereiro de 1941. N.º 4: Falésia alta (mais de 20 metros) entre Loulé Velho e o Medo Branco (fotog. de 1948). Notem-se as grandes fendas verticais, precursoras de próximos desabamentos. N.º 5 e 6: A falésia de Loulé Velho, em 1937 e 1948, respectivamente.

(Fots. do autor).



**Fig. 4**—N.ºs 1 e 2: Grosso alicerce de Loulé Velho, fotografado em 1937 (à esquerda) e em 1948 (à direita). Notar o escavamento da argila, por baixo do sólido bloco de pedras argamassadas, verificado entre as duas datas. N.ºs 3 e 4: Aspectos do mesmo ponto da falésia de Loulé Velho, no qual se encontra o poderoso alicerce representado nas fotografias anteriores (em 1937 e 1948, respectivamente). Notar o desvio da foz do regato e o aparecimento de 'novas' bases de paredes, que na primeira das datas estavam ocultas sob uma camada de areia argilosa. N.º 5: Base de um grande edifício (templo?) no Largo da Sé (escavação de 1939).

(1 a 4, fots. do autor; 5, fot. de M. Lyster Franco)

corresponde àquele em que assentam as ruínas mais baixas de Balsa, na Torre d'Ares, as de Loulé Velho, as da Abicada, em Portimão, e as da Boca do Rio.

Em minha opinião, este nível em que assentaram as cidades de Balsa e Ossónoba, assim como outros estabelecimentos cujos destroços achamos ao longo da costa, pouca ou nenhuma diferença fará do que era no tempo do domínio romano — isto é, não foi sujeito, desde então, a movimento epirogénico de monta. Tais povoados, grandes ou pequenos, viviam essencialmente da pesca e da exportação de peixe salgado. A isto se juntariam a criação de gados e o aproveitamento de alguns produtos do solo. De maneira nenhuma, porém, a agricultura constituiria principal base económica<sup>(1)</sup>.

É curioso notar que, havendo próximo sítios mais defensáveis, o Romano preferiu construir estas cidades e estabelecimentos mesmo na borda do litoral, sacrificando às conveniências da faina piscatória as razões de ordem estratégica. Em alguns casos, como no de Ossónoba e Balsa, limitaram-se a ocupar e a desenvolver a pré-existente povoação indígena, mais ou menos comercialmente próspera desde seus primeiros contactos com os Fenícios.

Mas se o seu nível primitivo, em relação ao do mar, era sensivelmente o mesmo que na actualidade, como explicar a destruição que o mar vai agora operando nas ruínas da Boca do Rio, Loulé Velho e outras?

(1) As actuais características económicas das províncias transtaganas, como sempre condicionadas à contiguidade do mar e à natureza do solo, continuam a traduzir, se bem que muito menos vincadamente, devido à extrema complexidade da economia moderna, os recursos económicos da época romano-visigótica. Assim, o litoral vive, ainda hoje, em larga escala, da pesca e da indústria conserveira de peixe; o interior (Alto e Baixo Alentejo), da cultura cerealífera e criação de gados, ligado a esta o comércio de peles e coiros. Hoje, porém, a agricultura é parcela importante em toda e qualquer parte. A exploração mineira perdeu o significado de primeira plana, dos tempos da Idade do Bronze e da época romana. A produção de azeite ainda conta, mas a do âmbar ou da grã, tão celebradas em séculos pré-romanos e romanos, desapareceram. Se é que o Algarve alguma vez produziu âmbar.

Referindo-se à Boca do Rio, Pereira de Sousa escreveu: «Antes da actual transgressão marina deu-se um movimento de emersão e formou-se na embocadura uma praia que permitiu o estabelecimento de uma povoação romana, cercada de muralhas, de que ainda restam vestígios, do lado da terra. Um movimento em sentido contrário sucedeu depois, permitindo que o mar conquistasse os terrenos que precedentemente abandonara » (1).

Conforme Pereira de Sousa observou, a povoação romana foi construída sobre uma praia. E adverte: «Uma questão aqui se levanta, que é determinar qual o papel de destruição que compete à erosão marina só por si, e qual o devido ao movimento epigénico, e se não será só essa erosão a causa do recuo dessas falésias, como alguns geólogos franceses pretendem para a costa da Bretanha ».

Bastará o exame dos restos de praias grimaldianas, da sua inclinação quase nula e da cota de nível que ocupam, para convencer de que não há movimento de submersão da costa ao qual se possa atribuir o progressivo dismantelamento das mencionadas ruínas.

O mar, conforme disse Pereira de Sousa, «vai destruindo as falésias, constituídas, em geral, de calcário e grés, e penetra nos buracos, «crevasses», dos rochedos, com uma tal intensidade, elevando-se a uma tão grande altura que (. . . . .) o povo chama vulções a essas aberturas, às vezes circulares, como se nota na Praia da Rocha, mais ou menos afastadas da linha da costa, onde ele sobe, em ocasiões de tempestade, espumante e com grande fúria » (2).

Convenço-me de que o avanço do mar na costa algarvia se deve à erosão, ao embate das ondas e ao desmoronamento das falésias, este muitas vezes sem a intervenção das vagas oceánicas.

Este segundo caso verifica-se em muitos pontos da costa onde a falésia é alta e aprumada, nos quais, independentemente do embate das vagas e dos aba-

(1) Loc. cit., pág. 93.

(2) Idem, idem.

los sísmicos, a rocha fende verticalmente, devido à acção térmica; alargando-se a brecha até o momento de fazer desabar sobre a água do mar, ou sobre a areia da praia, blocos de considerável grandeza. Na Senhora da Rocha (Alporchinhos) e em Caceja, os desabamentos deste género arrastaram consigo alicerces da época romana e de época antiga portuguesa, pertencentes a construções assentes sobre falésia de grande altura.

Do primeiro caso, bastará, para exemplo, o que pode ser observado no pequeno trecho costeiro entre Quarteira e o Ancão. As figs. 3 e 4 mostram fotografias que tirei às ruínas de Loulé Velho, em Agosto de 1937. Nelas se vê a falésia de pequena altura, na superfície da qual mergulham alicerces de paredes, tanques de salga (*cetairas*) e pavimentos de mosaico (*opus vermiculata*), e sobre tudo isto uma camada de entulho fortemente comprimida, areia e alguma terra vegetal. A altura do corte regulava entre dois e quatro metros.

Nas mesmas figuras reproduzo fotografias tiradas ao mesmo local, quando aí tornei, em Maio de 1948. Segundo informações de máxima confiança, o recuo de 4 a 5 metros, na extensão de uns 450 metros, sofrido pela falésia desde 1937 a 1948, foi quase totalmente devido ao violento temporal de 15 de Fevereiro de 1941. Todos os vestígios de construção, tanques de salga e de pavimentos que em 1937 assinaliei, e as fotografias desse tempo mostram, foram levados pelo mar, surgindo outros, antes cobertos por uma delgada camada em que predomina a areia argilosa.

Apenas o forte muro apontado ao mar, situado na extremidade leste das ruínas, resistiu ao embate dos vagalhões e, funcionando à maneira de esporão protector, impediu que nesse ponto a pequena falésia recuasse tanto como no resto de sua extensão. As ondas, porém, fazendo ressaca, logo a seguir a esse muro escavaram profundamente, pondo a descoberto outro conjunto de alicerces.

Sabido é que certos temporais costumam arrastar a areia, ora desta, ora daquela praia, indo com ela engrossar o cordão litoral de sotavento. Ora,

os Romanos, tanto na Boca do Rio como em Loulé Velho e noutros pontos do litoral algarvio, construíram sobre areia, ou em falésia muito baixa. O mar, atacando a praia, ou a base da formação argilosa, foi e continua escavando o solo subjacente às construções; os alicerces, fortemente cimentados pelo «opus signinum», desagregam-se, mas em grandes blocos que a força das águas revoltas, em movimento retrógrado, faz deslizar pelo declive da praia, até o ponto em que ficam definitivamente mergulhados no mar.

É isto o que pode ser visto debaixo de água, em frente do Loulé Velho, e não ruínas alinhadas, perfeitamente conexas, como de povoação lentamente coberta pelo nível oceânico.

Não há, pois, afundimento da linha litoral, correspondente a um movimento de emersão do interior, que nos explique o facto do Rio Seco ter sido, na época romana, navegável até Estoi ou suas proximidades.

Posto isto, ou Ossónoba não era porto de mar, ou não estava situada nas ruínas do Milreu, mas sim em sítio ainda hoje acessível à navegação.

Antes de concluir este capítulo, direi que a mancha aluvial que o Rio Seco percorre a sul da Conceição, por vezes com calhaus rolados, a que Pereira de Sousa aludiu e que vem representada na Carta Geológica de 1899, englobada na mesma indicação de terreno moderno, não é formação atribuível a tempos históricos; pertence, de facto, a uma formação quaternária muitíssimo anterior.

É salientarei, também, que as ruínas de Balsa e as do pinhal de Marim não foram atacadas pelo mar, como as da Boca do Rio ou do Loulé Velho, porque o cordão de lodo e areias constitutivo da Ria as protege.

#### IV — Conclusões

Eis como, em meu parecer, se poderá mais logicamente apresentar o problema da localização de Ossónoba.

A colonização romana veio encontrar naquele ponto da cidade de Faro, onde vemos agora o Bairro

da Sé, o povoado dos *Cinetes*, *Cinésios* ou *Cónios*, o qual seria então o mais adequado ao viver de uma população ligada aos recursos naturais fornecidos pela Ria.

Este acidente da costa algarvia, cuja arquitectura é constituída por lodo e areia, não seria, em absoluto, tal como hoje se nos apresenta; mas suas linhas gerais não deviam afastar-se muito do que neste momento temos à vista. Existia já o cabo, pois ali o assinalam os geógrafos da antiguidade; no Amendoal e no Ludo, em diversos sítios quase ao nível actual da Ria, conservaram-se sinais de construções da época romana, servindo esses vestígios de preciosas referências para, ao menos em parte, se conjecturar da forma da Ria em tal tempo.

O povoado pré-romano era decerto importante, porque os novos dominadores não só o pouparam, ocupando-o e conservando-lhe o nome — Ossónoba —, mas também lhe consentiram administração própria. A assimilação do indígena, pelo conquistador, não teria sido difícil nem penosa, porquanto as populações do meridão peninsular, mormente as do litoral, de há muito se haviam habituado, pelo contacto com fenícios, gregos e cartagineses, aos costumes alheios, mais civilizados.

Ossónoba prestes se desenvolve. O primitivo núcleo de pescadores envereda agora pelos caminhos económicos tão predilectos ao povo romano, essencialmente um povo de cultivadores. Da actividade agrícola da Ossónoba romana vieram até nós variados vestígios, observados nos sítios do Amendoal, e do Ludo, anteriormente citados, assim como pelas Pontes de Marchil, Campina, Mar e Guerra e outros, até Estói, onde as ruínas do sumptuoso balneário de Milreu atestam a prosperidade dos grandes senhores rurais do agro ossonobense. A conserva de peixe, contudo, prodigiosamente intensificada, continua a ser o principal objecto das actividades industriais e comerciais da república ossonobense.

Com o início da dominação visigótica, Ossónoba acompanha o declínio geral da Península, resultante do desmembramento do grande Império. Cessa a exportação dos produtos da terra e, muito mais

catástroficamente, dos do mar, visto serem estes, como disse, o mais volumoso e valioso elemento da indústria e comércio, tanto de Ossónoba como de outras cidades de quase toda a costa hispânica.

A decadência, no entanto, não eclipsou de tal modo a magnificente cidade, que Ossónoba perdesse a sua categoria relativa entre as urbes do Sudoeste peninsular. Ao passo que Balsa, Cetóbriga e outras

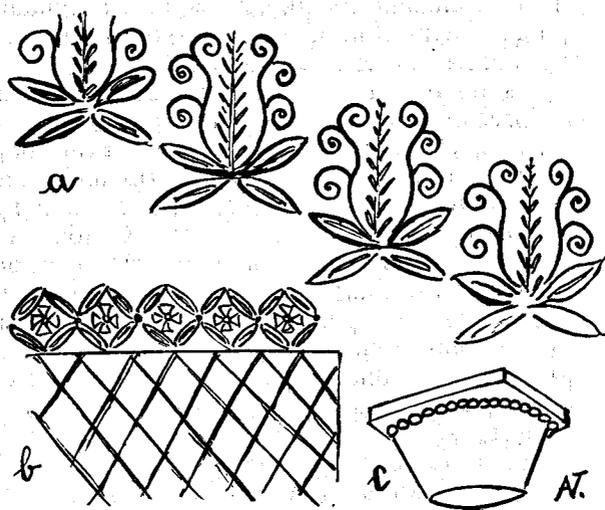


Fig. 5 — a) b): Ornatos esgrafitados nas paredes de uma pequena escadaria das ruínas do Milreu; c): capitel tronco-cónico — vestígios da época visigótica naquele balneário.

cidades marítimas, assim como Arani, Meróbriga, Vipascum, e outras do interior, prestes desaparecer — Ossónoba figura como sede de bispado, e é nessa posição que a vem encontrar a invasão árabe, em 711.

Suas magníficas condições de vida permitiram-lhe perdurar através dos três séculos do império visigótico, e ainda por mais dois, subjugada pelo sarraceno. Segundo os da tese de Milreu, dá-se neste momento a estranha ocultação, o desmoronamento propositado de uma cidade, a fim de se criar outra,

ou de se desenvolver um lugarejo costeiro, em qualquer dos casos com o nome de Santa Maria de Hárune.

Como explicar, todavia, que uma Santa Maria de Ossónoba, assim denominada desde a criação do bispado até que os árabes resolvem destruí-la, para «com suas pedras» construirem outra em local diferente, à distância de quase uma dezena de quilómetros, legue a esta nova cidade, muçulmana de raiz, a parte mais expressiva de seu multissecular topónimo — *Santa Maria*?

Sim, porque Santa Maria de Ossónoba (cidade no Milreu, ou simples porto daquela, no sítio de Faro, tanto importa) desaparece materialmente, para dar nascença a Santa Maria de Hárune... Porque haviam os árabes de lhe chamar Santa Maria? Admitindo que tal designação lhe fosse dada por efeito dos cristãos submetidos, porque haviam estes de chamar à nova cidade Santa Maria, se a verdadeira Santa Maria fosse a tal desaparecida Ossónoba, do Milreu?

Porque não admitir, com mais lógico raciocínio, a simples mudança do último elemento da designação toponímica, isto é, de *Ossónoba* por *Hárune*, permanecendo aquela consagração à Virgem, como a testemunhar tratar-se da mesma cidade, de uma cidade que fora episcopal e que, como tal, continuava a ser considerada, pelo elemento populacional moçárabe?

O mouro Rásis ainda conheceu a cidade de Ossónoba, antes da mudança de nome. No exagerado tom encomiástico peculiar aos narradores antigos, e mais ainda aos imaginativos viajantes muçulmanos, exalta-lhe as grandezas ao ponto absurdo de afirmar ser ela, entre as de igual tamanho, a melhor do mundo. A melhor do mundo não era, com certeza, mas mereceria de sobra o caloroso ditirambo do mouro.

Se a Ossónoba de Rásis fosse a suposta cidade desaparecida, que ordem de razões poderia levar os muçulmanos à destruição de Ossónoba, sendo certo que nenhuma das povoações de elevada categoria (mesmo daquelas conquistadas por violência, e daquelas que, por contumazes rebeldias, foram alvo de

pesadas represálias, o que parece não ter acontecido com Ossónoba) deixou de ser por eles aproveitada?

O ódio religioso, segundo Vicente Salgado e seus repetidores. Mas os árabes não fizeram desaparecer Beja, nem Sevilha, nem Mérida, nem Badajoz e outras cidades episcopais.

Não podemos duvidar, é certo, da cristianização do templo romano de Milreu, mas aquela modesta adaptação ao culto cristão melhor se explicará atribuindo-a aos tempos da conversão dos ossonobenses, ou encarando-a como obra da população moçárabe, dos fiéis cristãos repelidos da sua velha catedral, erguida, por assim dizer, no local exacto da actual Sé de Faro.

Pois seriam os prelados ossonobenses tão carentes de meios materiais a ponto de nunca terem podido construir um templo próprio, e de se resignarem à utilização de um templo pagão, tenazmente erguido entre as ruínas de um balneário, já há muito fora de uso, pois a moral cristã desde sempre reprovava tais centros mundanos e corruptos?

Não costumam as coisas sagradas mudar de sítio, pois mergulham raízes nas profundezas a que não pode chegar o mero capricho de um homem, ou a vontade impotente de um reduzido bando de mortais. Hárum eliminou do uso corrente o nome de Ossónoba, mas o de Santa Maria permaneceu, inabalável, em sua perenidade do divino.

Presto a mais respeitosa homenagem à memória dos ilustres propugnadores da identificação de Ossónoba com Milreu, entre os quais cintilam nomes como Vicente Salgado, Baptista Lopes, Ataíde, Estácio da Veiga e Pereira de Sousa; mas, além das diversas razões tão longamente alegadas, julgo não ser preciso recorrer às perdidas águas do Rio Seco, aliás hipotéticas, para, partindo de uma das entradas naturais da Ria fareense, percorrer longo espaço pela toalha argêntea dos esteiros, entre ilhotas verdes, com a terra plana e baixa em frente, em que se disseminam poços e hortejos, e os outeiros onde em qualquer época podiam ter andado bucólicos rebanhos.

E ao desembarcar junto às venerandas pedras da muralha de Faro, creio dever saudar nelas—como devoto peregrino o faria em anos de Afonso o Sábio—a terra de Santa Maria, a única e verdadeira Ossónoba, mais de dois mil anos de História!



Fig. 6 — Venera de latão, representando uma santa, com diadema radiante, sentada ao lado de uma torre. A mão direita apoia-se no joelho e a esquerda sustenta uma palma. Apesar deste último pormenor, que é atributo próprio dos mártires, poderá tratar-se de uma representação da Virgem. Desenho com muito relevo, principalmente o da figura. Ambas as faces representam o mesmo, mas não são rigorosamente iguais na execução dos pormenores. Mede 0,™ 050 de alto, incluindo a aselha de suspensão, 0,™ 005 de espessura máxima e foi achada há bastantes anos em uma das sepulturas que rodeavam o templo romano do Milreu.

(Fot. do autor)